

RUBEM BRAGA

NOVA LEI

O COMANDANTE da Polícia Especial disse que invadiu a «Tribuna da Imprensa» por ordem superior. O chefe de Polícia assumiu a responsabilidade. Que deviam fazer, diante disso, o ministro da Justiça e o presidente da República? Demitir o chefe de Polícia ou censurá-lo publicamente de maneira a que ele se demitisse.

Que fizeram? Enguliram o sapo. E para que o referido batráquico escorregasse melhor goela abaixo mandaram arrumar, à minuta, correndo, um mólho jurídico. E o Consultor Geral da República teve de fabricar um parecer que é uma obra prima de «restrição mental» e de chicana encabulada.

Na verdade nem o sr. Nereu, nem o sr. Juscelino, nem ninguém, tem dúvida alguma: a ocupação da «Tribuna» e da sucursal de «O Estado de São Paulo» foi um ato de violência, um ato ilegal, que deveria ser punido. E tanto é assim que, para evitar que um ato ilegal como aquê se repita, o governo resolveu... que? Ah, melancolia imensa dos governos que não governam: resolveu mandar fazer uma lei que torne legal atos semelhantes.

Está sendo elaborada, assim, uma nova lei de imprensa. Já o líder sr. Vieira de Melo se mostra ansioso para que esse bagulho lhe chegue às mãos e ele possa impingí-lo à aprovação da maioria sempre obediente, sempre acovardada, sempre servil. Disse ele que o projeto de lei será uma «base para que os líderes partidários sobre ele construam o projeto definitivo».

Ora, vamos deixar de litas, vamos deixar de ser bons moços. A verdade, todo o país sabe: há alguns chefes militares que se meteram em política mas não gostam de ouvir o que todo político tem de ouvir: críticas. Esses chefes militares também nos fazem o favor de ser bons moços, e não gostam de contrariar a lei. Sempre que dão um pontape na lei se sentem mal — e mandam (mandar, v. t. Ordenar; determinar; preceituar; dirigir como chefe; comandar) jogar fora aquela lei e fazer outra.

Já me referi, aqui, a esse truque do poder militar fantasiado de civil: a autoridade sem a responsabilidade. E não quero enjoar o leitor com tristes reflexões sobre os tempos e os costumes. Afinal de contas, pouco me importa isso tudo. Sou, eu por mim, um pobre repórter e cronista que vive de escrever e não tem a menor ambição política. Ora escrevo sobre o general Lott, ora sobre as borboletas azuis. Quando eu escrevi, por exemplo, que o general Lott traiu o sr. Café Filho, juro que não estava querendo aborrecer ninguém, apenas enunciando um fato evidente, anotando um fenômeno certamente melancólico, mas autêntico. Quando eu escrevi que a aprovação de uma lei para beneficiar uma só pessoa, o general Denys, foi um ato imoral em si mesmo e deprimente para o Congresso, apenas contei o que tôda gente, até o líder da maioria, devia estar pensando. Não conheço esses generais, apenas lhes dou atenção na medida em que eles se impõem à minha e à geral atenção: quando transgridem ou quando forçam a legalidade. Quando escrevo que a denúncia contra o sr. Jango Goulart é muito grave é porque essa denúncia me impressionou gravemente. Se amanhã eu não puder dizer essas coisas elas não deixarão de existir. O que é feio é feio, o que é torto é torto, o que é suspeito é suspeito. Pregar um golpe militar, eu não prego; sou contra. Sou a favor de um golpe civil: o presidente da República deve assumir a presidência da República e não continuar nessa situação de mamulengo de faixa verde-amarela ou de engole-espadas de circo. O Congresso deve se pôr no seu papel de fazer leis e não de aprovar ucases. Isto é a legalidade.

Parece que vão fazer uma lei para proibir dizer essas e outras coisas. Como não gosto de cadeia, passarei a falar das borboletas azuis. Encherei as colunas deste jornal e os ares desta República de borboletas azuis até que seja proibido falar de borboletas azuis. Então, se me permitirem, falarei das borboletas amarelas. Há muitas borboletas e muitas cores neste país; estou sereno e otimista. Que venha a lei, senhores. Podem tirá-la do bolso do dólmã.